

A “LÍNGUA” E OS TEXTOS: GRAMÁTICA E TRADIÇÃO NO ENSINO DE LATIM

Fábio da Silva Fortes*

Resumo

A ideia de que o latim é uma “língua morta” muitas vezes se perpetua na tradição de seu ensino no Brasil, que se sustenta sobre a descrição morfosintática da língua latina a partir de compêndios gramaticais. Os manuais de gramática latina, ainda que tenham grande valor enciclopédico, retratam a língua em sua imobilidade e, mesmo incorporando sentenças da literatura, não contribuem significativamente para o estudo da língua em funcionamento. Por esse motivo, propomos uma reflexão sobre a didática do latim, defendendo que a gramática tradicional latina não seja o recurso principal para a prática docente de latim, mas que essa prática inclua sistematicamente o monumental legado da cultura escrita latina, considerando não somente os gêneros da literatura – poesia, filosofia, retórica, historiografia etc. – mas também, e especialmente, os textos da tradição gramatical antiga – os gramáticos latinos.

Palavras-chave: Língua latina. Tradição gramatical. Ensino.

INTRODUÇÃO

E por esta razão considero que os adolescentes se tornam inteiramente estúpidos nas escolas: porque aí eles não ouvem ou veem nada daquilo que temos necessidade (...) mas, sim, acerca do açucarado rodeio de palavras e de tudo que se diz e que se faz como que salpicado com papoula e sésamo.

Petrônio. *Satyricon*.¹

Salvos os elementos próprios da cultura romana, que conferem, por assim dizer, um “sabor antigo” à leitura que hoje fazemos da obra de Petrônio (*Caius* ou *Titus Petronius*, ?-65 d.C.), a apreciação que aí encontramos no trecho em epígrafe acerca da escola romana poderia, de resto, também se aplicar a uma certa educação tradicional das línguas clássicas em nosso tempo.

Quando nos detemos especificamente a pensar sobre o ensino de línguas clássicas, atualmente restrito, praticamente, aos cursos de licenciatura em letras, somos levados a reconhecer que esse quadro se compõe, muitas vezes, a partir da permanência de preconceitos que concernem:

1) **às finalidades de seu ensino:** o mito da “supralíngua”, cujo conhecimento seria a chave necessária para o aprendizado de muitas outras e, especialmente, do português; ou o extremo oposto, a consideração de que se trata de uma disciplina menor, para não dizer um apêndice desnecessário, conservador e quase saudosista que ainda sobrevive no conjunto de disciplinas que entram na formação do graduado em letras;

* Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, doutorando em Linguística (Letras Clássicas) pela UNICAMP. fabiosfortes@yahoo.com.br.

2) **ao conceito de língua em questão**: a uniformização do que seria o “Latim”, um epifenômeno linguístico, cujo conceito na pedagogia latina oculta, entretanto, as diferenças diacrônicas, regionais, sociais e estilísticas que emergem da análise dos textos; bem como a noção de “língua morta”, ou “língua clássica”, a ele aplicado; e

3) **a prática pedagógica em si**, que realiza, no mais das vezes, uma espécie de “espelhamento às aves-sas”: para explicar fenômenos idiossincráticos da morfossintaxe latina, recorre-se a um instrumental oriundo da gramática tradicional contemporânea, explicando, para citar um exemplo, a sintaxe dos casos a partir de premissas nem sempre precisas ou consensuais oriundas da terminologia gramatical tradicional – como a de “objeto direto” na definição de “acusativo”, ou a de “adjunto adverbial”, para a explicação do “ablativo”.

A partir dos trabalhos de Lima (1995), Moura Neves (2002, 2005), Pereira (2002, 2006), Auroux (1992), Weedwood (2002), entre outros, bem como a partir da nossa pesquisa de mestrado e doutorado acerca da tradição gramatical na Antiguidade greco-latina, temos como objetivo acrescentar algumas palavras a uma proposta de uma pedagogia latina crítica em relação à sua tradição moderna, ao mesmo tempo em que buscamos oferecer uma abordagem que inclui um “passeio” pelos textos da cultura clássica, particularmente, por aqueles que compõem o discurso gramatical antigo.

Acreditamos que uma prática de ensino de latim fundamentada exclusivamente em manuais pode engendrar os preconceitos acima assinalados, ao passo que, se incluirmos nesse ensino elementos da metalinguagem antiga – representado pela tradição dos *grammatici Latini* – tais como Varrão, Donato, Prisciano, entre outros – podemos colocar em perspectiva não somente a língua – ou o(s) “sistema(s) linguístico(s)” – mas também a cultura em que ela emerge, discutindo os fundamentos epistemológicos dos conceitos gramaticais – a noção de “caso”, por exemplo, acima mencionada

–, mostrando a língua em seu uso e combatendo, por consequência, os preconceitos gerados com as constantes idealizações, simplificações e normatizações típicas dos manuais e compêndios gramaticais.

1. LATIM: LÍNGUA MORTA?

Citando Lima (1995, p. 19), podemos considerar que “a ideia com que aqui se trabalha é a de que o Latim é uma língua viva do passado e, portanto, só em relação a esse passado cabem providências que diferenciam o seu ensino do de qualquer língua estrangeira do presente”, o que, *mutatis mutandis*, significa afirmar que o latim, se visto sob essa perspectiva, apresenta a complexidade verificada quando nos confrontamos com as línguas modernas, às quais se agregam uma cultura, uma sociedade, uma literatura, falantes com propósitos comunicativos; em suma, elementos que garantem a uma língua a legitimação de seu estatuto de existência.

Repensar o latim e seu ensino enquanto uma “língua viva”, cujo produto cultural é-nos conhecido nos dias atuais por intermédio da escrita, obriga-nos a proceder a uma revisão dos estudos clássicos tradicionais, pois implica reconhecer o latim clássico em seus contextos linguístico-culturais, a partir dos textos, levando-nos a questionar sua tradição de ensino, que, nas últimas gerações, o tem apresentado senão como uma coleção de itens morfossintáticos, exemplificados em sentenças descontextualizadas, em listas imensas de paradigmas e tabelas, que corroboraram, enfim, a opinião de que essa se tratava, de fato, de uma “língua feita de lugares-comuns, que, por mais que lapidares, faz do latim uma língua morta!” (LIMA, 1995, p. 25). Por mais que o conhecimento dessa língua seja hoje franqueado apenas por um meio cultural – a escrita –, concordamos com Lima (1995, p. 47) que isso não significa aceitar que ela não inclua em si, além da sua natureza histórica e cultural, também

o sistema, a saber, o conjunto implícito de regras que faz que cada sujeito competente seja apto a falar e a

entender enunciados do idioma materno imediatamente e em número ilimitado; o uso, ou seja, a produção e a recepção efetiva de discursos nesse idioma; a descrição metalingüística, que explica, com método, um e outro.

(LIMA, 1995, p. 47)

O primado tradicionalmente concedido à descrição gramatical nos estudos clássicos não somente relega a segundo plano o uso que se fez um dia da língua de César e Cícero, como também é incapaz de oferecer uma fotografia realmente abrangente do sistema linguístico em questão, de vez que retrata o todo e prescinde das particularidades. Ainda que a metalinguagem seja-nos, muitas vezes, uma porta de acesso legítima para o mundo antigo, convém lembrar que ela não é a única, muito menos a mais importante.

Estudar o latim pelo viés da forma, que privilegia séculos e séculos de estudos assentados sobre a noção de significante, deveria buscar, sobretudo, entendê-lo novamente como uma língua viva, e dele resgatar o seu uso, ou a sua parole, representada, nada menos, nada mais, pelas páginas legadas por mais de oito séculos de tradição escrita latina, que inclui da poesia à filosofia, dos tratados de física e arquitetura aos compêndios gramaticais, dos manuais de retórica às epístolas morais. Nesse caso, a gramática escolar latina não seria o leito-de-procusto dentro do qual se conforma a didática latina, mas poderia representar um instrumento possível, ao lado dos textos, para se conhecer não somente a língua, mas a cultura de fala latina. A metalinguagem tradicional retornaria, portanto, ao lugar que lhe é merecido: uma reflexão teórica possível, mas que descreve a língua não pela língua em si, mas como forma de acesso aos sentidos engendrados em seus textos – muitos deles, diga-se de passagem, nunca ainda traduzidos em língua portuguesa e de grande interesse filológico, cultural e estético.

Para uma proposta de “educação linguística” relevante acerca da língua latina – cujos fundamentos não somente gramaticais, mas também culturais, podem-se entrever panoramicamente nas línguas românicas, deri-

vadas de uma de suas variantes, o “latim popular” ou, segundo se prefira, “latim vulgar” – é preciso, em primeiro lugar, questionar “a síndrome do gramatiquismo” que permeia boa parte da pedagogia latina contemporânea. Um de seus piores sintomas seria, sem dúvida, aquela descrição das categorias linguísticas do latim clássico que se faz a partir dos conceitos da gramática tradicional. Para dizer o mínimo, além da imprecisão linguística que dela resulta, o uso extensivo dessa abordagem pedagógica acaba, em suma, promovendo com eficácia a crença de que, de fato, os estudantes estão diante de uma “língua difícil”, ou, o que é pior, uma língua “para poucos”.

É de Benveniste (1988) a afirmação de que

não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.

(BENVENISTE, 1988, p. 285)

Na citação supra, Emile Benveniste afirma não ser possível dissociar homem e linguagem, não existe língua sem o homem que dela faz uso legítimo, que a tem por língua materna, que dela faz material para sua fala e escrita. Em outras palavras, no que toca ao latim, a sua existência (e permanência nos quadros de ensino) só é possível se recolocarmos em cena os homens que falaram a outros homens nessa língua: um homem do passado, portanto, cuja oralidade há muito se silenciou para nós, mas cuja escrita se perpetua através dos tempos. Estudar um conjunto de preceitos gramaticais por mero exercício de erudição ou diletantismo é decretar a morte do latim, “o pior serviço que se pode prestar a essa disciplina é precisamente o de conservá-la só por saudosismo acrítico” (COVA, 1982, p. 24 *apud* LIMA, 1995, p. 43); por outro lado, buscando em seus textos a fala do homem romano, encontramos, novamente, a língua *viva* em funcionamento.

2. GRAMÁTICA TRADICIONAL E TRADIÇÃO GRAMATICAL NOS ESTUDOS CLÁSSICOS

O livro didático tem sido, desde muito tempo, o vilão da história. Muito professor acreditou que nada dava certo no ensino da gramática porque não havia bons livros didáticos. (...) Esse é um caso extremo, mas, na verdade, não foram infreqüentes problemas como confusão de critérios, inadequação de nível, “invenção de regras”, sobrecarga de teorização, preocupação excessiva com definições (além da impropriedade das definições), artificialidade de exemplos, falsidade de noções, gratuidade ou obviedade de informações, gratuidade de ilustrações, mau aproveitamento do texto, só para citar parte deles. Ainda assim, não é verdade que se possa transferir com tanta facilidade para o livro didático a responsabilidade do fracasso do ensino da língua. (NEVES, 2002, p. 233)

Ao analisar questões ligadas ao ensino gramatical escolar da língua portuguesa, Neves (2002) elenca, na citação acima, uma série de impropriedades encontradas em suas pesquisas com livros didáticos. Contudo, concordamos com a autora quando afirma ser inapropriado conferir ao livro didático toda a responsabilidade pelo fracasso no ensino de língua. Embora o seu texto tenha em mira o ensino escolar de língua portuguesa, parece-nos que essa afirmação permanece válida quando aplicada ao ensino de latim.

Entre os professores de latim, é notória a constatação de que soma-se aos problemas encontrados nos livros didáticos exatamente o fato de que há poucos manuais de ensino à disposição no mercado em língua portuguesa. Entre esses, a maioria são súmulas gramaticais, que oferecem uma descrição simplificada da morfossintaxe latina, por sua vez baseada em descrições feitas pela tradição filológica de estudos clássicos, de até meados do século XX.

Assim, o que se tem é uma espécie de descrição do latim de “terceira mão”: os filólogos² foram aos textos, e os autores de livros didáticos confiaram nos filólogos. Dessa forma, muitas vezes o que resta é o quadro atual, no qual o latim reduz-se a uma descrição gramatical, na qual entram sentenças forjadas e simplificações; a língua se reduz a uma série de tabelas e a uma memorização mecânica e improdutiva de desinências morfológicas. Pouco se consi-

dera acerca da sintaxe da língua, menos ou quase nada, da fonologia, da semântica e da pragmática.

Rezende (2000), na introdução ao seu manual, ressalva, a respeito das características metodológicas predominantes em seu trabalho, o fato de que muitas das afirmações de caráter teórico ali contidas precisarão ser revistas ao serem tratadas em maior profundidade em outras ocasiões. Por força da busca por um “raciocínio possível” (Rezende, 2000, p. X) para um ensino francamente introdutório da língua (veja-se o subtítulo de seu livro: *Latina Essentia: preparação ao latim*), o próprio autor afirma que “em vistas disso são, inicialmente, apenas simuladas algumas situações de língua latina. O latim torna-se, então, fragmentado, limitado em número de palavras e simplificado nos modelos de frase” (REZENDE, 2000, p. X).

Justiça seja feita que, se por um lado, esse modelo simplificado, declarado no prólogo de sua obra, logo comparece no primeiro capítulo, onde, acerca da definição de “caso”, o autor reproduz a exposição tradicionalíssima que opõe as sentenças apresentadas no quadro (1) abaixo, por outro lado, embora se continue a trabalhar com sentenças isoladas, o autor introduz pequenos textos, adaptados de fábulas e de textos da cultura clássica, bem como apresenta, no final, trechos sem adaptação de César (*De bello Gallico*) e de São Jerônimo (a *Vulgata* da Bíblia).

Comparem-se as seguintes frases:

a) Pedro visita o amigo:

PetrVS amicVM uisitat.

b) O amigo visita Pedro:

AmicVS PetrVM uisitat.

(Rezende, 2000, p.19)

Quadro 1. Sentenças usadas na explicação do conceito de caso

Contudo, se textos como o de Rezende (2000), assim como o de outros autores de manuais didáticos de

latim, não sejam inteiramente responsáveis pelo “fracasso” (emprestando o termo de Neves, acima), no ensino de latim, e, por isso mesmo, não sejam desprovidos de valor – visto que, em geral, esses autores prestam uma contribuição valiosa, uma vez que seus manuais resultam, em geral, de uma longa experiência de sala de aula –, por outro lado, queremos mostrar que, se tomados como fonte única para a apresentação da língua latina, longe dos textos que a ela conferem existência, o máximo que se consegue é produzir uma visão artificial da língua e, não raro, a partir de imprecisões teóricas, que, em suma, revela-se ineficaz, visto que não resulta em aquisição do sistema para fins de compreensão escrita.

Um mergulho nos textos que “dão vida” à língua de Roma, é mais que o suficiente para darmos sentido ao ensino de latim, visto que neles, por exemplo, se traduzem as relações linguísticas que se apresentam, simplificada, em *Petrus amicum uisitat*. Os gramáticos latinos, em especial, mostram como o conceito que se pretende explicar traz em sua própria raiz a matriz de sentido considerada pelos antigos: “caso”, em latim *casus*, é o participio passado do verbo *cado, cadere* e significa, entre outras coisas, simplesmente “cair”.

Prisciano, ao introduzir esse conceito em suas *Institutiones grammaticae*, compara-o à queda de um *stilus* (varinha pontuda, em geral feita de ferro, que era usada para escrever): a posição reta, em relação ao solo, configura o caso reto (ou nominativo), as posições oblíquas, nascentes a partir desse caso, representam os demais:

Caso é a declinação dos nomes ou das outras palavras casuais, que se faz sobretudo no final das palavras. O “nominativo” é também chamado de caso “reto”, como agrada a certas pessoas, pois declina [*cadit*] de um nome genérico de forma especial – podemos dizer, do mesmo modo que um estilo cai [*cadentem*] das mãos em posição reta (de fato, é impropriamente é chamado de caso, pois é dele que se originam os demais) –, ou porque, caindo, faz, a partir da sua terminação, os casos oblíquos.

(PRISCIANO, *Inst. gram.*, V, 68)³

No texto latino em questão, observamos, portanto, como o gramático latino joga com os significados *casus* (caso gramatical/queda) e de *cado* (declinar/cair) na própria definição do conceito. Esse exemplo, entre muitos outros conceitos com que se trabalha na aula de latim, revela o quanto pode ser esclarecedor buscar na tradição gramatical antiga as definições com que nos dias de hoje somos obrigados a operar. Diferente dos manuais e compêndios, a tradição gramatical antiga registrou a língua na sua própria dinâmica, ressignificando as palavras do léxico comum com nuances mais específicas no plano da língua, forjando, nesse processo, os conceitos gramaticais.

Até mesmo um dos grandes temas da Linguística Moderna, o conceito de “variação linguística”, com que há pelo menos 40 anos a Sociolinguística se ocupa⁴, era fenômeno conhecido dos gramáticos antigos. Em Quintiliano (*Institutio oratoria*), autor do século I, a existência de variantes linguísticas se apresenta como subproduto de sua preocupação com a descrição da fala do orador (sua obra, de fato, é um tratado de oratória, que, entretanto, inclui incursões no campo da gramática). Ao colocar em questão uma pronúncia e ortografia considerada “erudita”, em relação às suas formas correspondentes, que ele considera, “mais simples e habituais” (*mollior et magis trita*), o autor parece considerar a existência de uma variação na fala latina, uma variante padrão, “cultura” e outra “coloquial”:

O indivíduo por demais erudito saudará sem aspiração e com a segunda sílaba alongada (pois se trata do verbo *auere* [‘desejar’], cuja segunda sílaba contém uma vogal longa), preferirá calefacere ao que dizemos, bem como *conseruaise*; e que acrescente a essas coisas *face, dice* e semelhantes. Esse caminho é correto, quem negará? Mas há um mais simples e mais habitual.

(QUINTILIANO, *Inst. Or.*, I, VI, 21-22)⁵

Pereira (2006, p. 147), ao comentar essa passagem, afirma que Quintiliano condena a grafia “conservadora e a pronúncia considerada afetada” para sua época: o cumprimento romano, com a segunda vogal longa e sem aspiração, *auē*, em vez da forma já consagrada e usual,

com a vogal breve e/ou com a primeira vogal aspirada: *auē/hauē*; *consequiisse* (infinitivo perfeito de *conseruo*, –are), em vez da forma *conseruasse*, corrente em sua época e que, pelo viés do latim popular, deu origem ao subjuntivo imperfeito do português, *conservasse*, por exemplo; *dice* e *face*, em vez das formas populares *dic* e *fac*, que o latim imperial já incluiria nos textos clássicos, e *calefacere*, em vez de *calfacere*. Essas observações revelam, categoricamente, que os gramáticos antigos – entre os quais, é bem certo, Quintiliano não era propriamente um gramático e há muito amargou a fama de “conservador e normativo” – não somente reconheciam, mas não condenavam formas populares e variantes de sua língua.

Para não ficarmos apenas com esse exemplo, voltemos agora a Prisciano, gramático de Constantinopla, que escreveu sua obra monumental, as *Institutiones grammaticae*, no limiar da Antiguidade Tardia. Em sua obra, o gramático também revela que mesmo os autores consagrados da tradição greco-romana ofereciam belos exemplos de variação linguística em seus textos, ainda que contradissem uma certa “norma” gramatical. No trecho a seguir, Prisciano comenta o verso de Homero, no qual em vez do nominativo, a gramática teria recomendado o genitivo, fato, que entretanto, registra-se na língua mesmo nos versos de um de seus mais célebres poetas:

Entretanto, a autoridade é dos antigos, quando se prefere um nominativo ao genitivo plural, como Homero:

Οἱ δὲ δύο σκοπέλοι ὁ μὲν οὐρανὸν εὐ εὐρὺν
ἰκάνει,

Contudo, a arte [gramática] exigiria dizer um genitivo, isto é, τῶν δὲ δύο σκοπέλων. Em vez disso, o nominativo é usado. Igualmente, se alguém disser: ‘duo fratres, alter maior, alter minor est’, comete erro, deveria [segundo a gramática], de fato, dizer: ‘duorum fratrum, alter maior, alter minor est’.

(Prisc. Inst. gr. XVII, 29)⁶

Entre os gramáticos antigos, Prisciano oferece uma descrição gramatical que se fundamenta sobre os princípios que definiam o sistema linguístico latino (princípios que em sua obra o gramático chama de *ratio*), sem, contudo, negligenciar o uso da língua, mesmo o uso que foge a esse

sistema, mas que uma forte base empírica comprova, como, no exemplo acima sobre o emprego do genitivo. Essa consideração dá margens para que o gramático elabore o conceito de *usus* e *uariatio*. O “uso” e a “variação” são indícios que retratam a língua viva e mostram as limitações da metalíngua diante da língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos antigos, entre eles os textos gramaticais, devolvem às línguas clássicas os atributos próprios das línguas naturais, ao mostrar que suas categorias são construídas descritivas, desenvolvidas ainda no seio da Antiguidade, que explicam e descrevem fenômenos dessas línguas, mas não são a própria língua, assim como um mapa não é, em si mesmo, a porção territorial descrita, por mais amplo que o seja: no extremo, a sua dimensão o tornaria completamente inútil (para retomarmos a metáfora borgiana da ciência, na conhecida passagem do texto que retrata um império que construiu para si um mapa nas mesmas proporções do território representado⁷).

Com isso, pretendemos demonstrar que a inclusão de textos da tradição gramatical latina no ensino de latim pode oferecer um olhar crítico sobre as categorias gramaticais comumente descritas nos manuais, pois, de fato, eles têm a virtude de apresentar os conceitos gramaticais sob o olhar daqueles que os ajudaram constituir, e a lançar mão dos próprios textos para pensar a língua.

Evidentemente, não descartamos o contributo da tradição gramatical de estudos clássicos na pedagogia do latim (ou mesmo do grego clássico), mas reforçamos a ideia de que a metáfora da ciência esboçada no texto de Borges também se aplica à descrição metalinguística contida nos manuais tradicionais de gramática latina e nos livros didáticos: eles só têm valor enquanto servirem mesmo como um mapa que abarca parte do território sob um ponto de vista, mas não o próprio território: como já Quintiliano (*Inst. Or.*, I, VI, 27) afirmava: “uma

coisa é falar latim, outra falar gramatiquês”⁸. Os acidentes particulares desse vasto território da língua latina parecem-nos somente possíveis de serem observados a partir dos próprios textos da cultura clássica.

“LANGUAGE” AND TEXTS: GRAMMAR AND TRADITION IN LATIN LANGUAGE TEACHING

Abstract

The idea of Latin as a “dead language” has been perpetuated quite often by its teaching tradition in Brazil, where it is mostly based on its morphological and syntactic description from grammar books. Such books, despite their great encyclopedic value, show a static picture of the language and, even collecting sentences taken from the Latin literature, they are unable to contribute significantly for understanding the language in use. For that reason, we argue that traditional Latin grammar should not be used as the principal resource for teaching Latin and that we should include the monumental written Latin culture legacy, by considering not only the genres of literature – poetry, philosophy, rhetoric, historiography etc. – but also and specially the texts from ancient grammar tradition – the ancient grammarians.

Key words: Latin language. Grammar tradition. Teaching.

NOTAS

¹ Tradução de Sandra Braga Bianchet.
² Entre os “filólogos” estamos considerando os textos gramaticais da tradição de estudos clássicos, tais como MAROUZEAU (1922); FARIA (1958); MEILLET & VENDRYES (1968); ERNOUT & THOMAS (1972). Essa lista está longe de ser exaustiva. Entre os autores de livros ou compêndios gramaticais didáticos em língua portuguesa, citamos, por exemplo, GRIMAL (1986); ALMENDRA & FIGUEIREDO (1996); REZENDE (2000); COMBA (2004); FURLAN (2006); CARDOSO (2008). Há notórias diferenças entre esses últimos trabalhos, muitos dos quais declaram a sua natureza didática, entre eles o de REZENDE (2000) e FURLAN (2006), enquanto os outros se propõem a ser compêndios gramaticais.
³ Tradução nossa de: Casus est declinatio nominis uel aliarum casualium dictionum, quae fit maxime in fine. Nominatiuus tamen siue rectus,

uelut quibusdam placet, quod a generali nomine in specialia cadit, casus appellatur – ut stilum quoque manum cadentem rectum cecidisse possumus dicere (uel abusiue dicitur casus, quod ex ipso nascuntur omnes alii) –, uel quod cadens a sua terminatione in alias facit obliquos casus. (Prisciano, Inst. gramm., V, 68)
⁴ Se consideramos, como textos fundadores, os de Labov, Weinreich & Herzog, 1968 [2006].
⁵ Tradução de Pereira (2006). Do texto latino: Multum enim litteratus, qui sine adspiratione et producta secunda syllaba salutarit (“auere” est enim), et “cafacere” dixerit potius quam quod dicimus et “conseruasse”, his adiciat “face” et “dice” et similia. Recta est haec uia: quis negat? Sed adiacet et mollior et magis trita. (Quint. Inst. Or., I, VI, 21-22).
⁶ Tradução nossa de: Auctoritas tamen veterum est, quando pro genetivo plurali nominativum praeponit [...] ut Homerus:
 Οἱ δὲ δύο σκόπελοι ὁ μὲν οὐρανὸν εὐ εὐρὴν ἰκάνει,
 Cum ars exigeret genetiuum dicere, id est τῶν δὲ δύο σκοπέλων, pro eo nominativo est usus. Similiter si quis dicat ‘duo fratres, alter maior, alter minor est’, vitium facit, debet enim dicere ‘duorum fratrum, alter maior, alter minor est’ (Prisc. Inst. gr., XVII, 29).
⁷ “... Naquele Império, a Arte da Cartografia atingiu uma tal perfeição que o mapa duma só Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do Império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmedidos não satisfizeram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o tamanho do Império e coincidia ponto por ponto com ele. Menos Apegadas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse extenso Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às inclemências do Sol e dos Invernos. Nos Desertos do Oeste subsistem despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos. Em todo o País não resta outra reliquia das disciplinas geográficas”. (Borges, 1978: 65).
⁸ Quare mihi non inuenuste dici uidetur, aliud esse Latine, aliud grammaticae loqui. (Quint. Inst. Or., I, VI, 27).

REFERÊNCIAS

ALMENDRA, M. A. & FIGUEIREDO, J. N. *Compêndio de gramática latina*. Porto: 1996.
 AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, UNICAMP, 1992.
 BORGES, J. L. “Do Rigor na Ciência”. In: _____. *História Universal da Infância*. Tradução de F. J. Cardozo. Porto Alegre: Globo, 1978.
 CARDOSO, Z. A. *Iniciação ao latim*. Edição revista. São Paulo: Ática, 2008.
 COMBA, J. *Gramática latina*. Salesiana: 2004.
 ERNOUT, A. & THOMAS, F. *Syntaxe Latine*. Paris: Klincksieck, 1972.
 FARIA, E. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
 FURLAN, O. A. *Latim para o Português: gramática, língua e literatura*. Florianópolis: UFSC, 2006.

FORTES, F. S. *Os marcadores discursivos no latim: considerações pragmáticas e textuais em Donato e Prisciano*. Dissertação de Mestrado. FAPESP/UNICAMP, 2008.

GRIMAL, P. *et al. Gramática latina*. Tradução e adaptação de Maria Evangelina V. N. Soeiro. São Paulo: Edusp, 1986.

LABOV, W. *et alii. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

MAROUZEAU, J. *L'ordre des mots dans la phrase Latine I: les groupes nominaux*. Paris: Honoré Champion, 1922.

MEILLET, A. & VENDRYES, J. *Traité de grammaire comparée des langues classiques*. 4. ed. Honoré Champion, 1968.

NEVES, M. H. N. *A vertente grega da gramática tradicional*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

_____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PEREIRA, M. A. *Quintiliano Gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratoria*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

_____. *O discurso gramatical antigo, seu reflexo em Quintiliano e sua repercussão: algumas questões*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo: 2002.

PRISCIANO. *Institutionum grammaticarum libri XIV, XV & XVI*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*. Leipzig: Georg Olms Verlagsbuchhandlung Hildesheim, 1961 [1865].

REZENDE, A. M. *Latina Essentia – preparação ao latim*. 3ª Edição. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. Tradução de Isaac Salum. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

WEEDWOOD, B. *História concisa da lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

Enviado em 28 de outubro de 2008
Aprovado em 16 de fevereiro de 2009